

OS TOPÔNIMOS DOS ESTADOS NORDESTINOS BRASILEIROS

Joana Angélica Santos Lima (UFMG\UNEB)
joana.limma@yahoo.com.br

1. Introdução

De origem grega (*topos*, lugar e *onyma*, nome) o termo topônimo significa nome próprio de lugar. O topônimo configura-se o objeto de estudo da toponímia (parte da onomástica), a qual visa investigar o processo de nomeação dos lugares. De acordo com Tavares, no processo de nomeação, o signo toponímico fundamenta-se sempre pela motivação, refletindo sempre a realidade daquele que o nomeou.

Conforme Dick (1990), um estudo toponímico permite resgatar aspectos da memória social de um povo, sem deixar de considerar o seu contexto histórico, geográfico e social étnico. Essa ciência leva em consideração o aspecto humano, envolvendo no processo da escolha ou da criação do termo usado para nomear algo. A autora ainda acrescenta que nessa perspectiva, “o topônimo é um instrumento de projeção temporal já que grava o presente para o conhecimento das gerações futuras”.

Os topônimos estão associados ao contexto histórico-político da comunidade. É, pois, através dos mesmos que se identificam acidentes geográficos, povoações, logradouros, cidades, estados, países, etc. Sua carga significativa – no sentido de Dick, (1990, p. 47) – guarda estreita ligação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida. Os topônimos têm o poder de conservar tradições e costumes de uma comunidade na medida em que se utilizam de sua cultura linguística para nomear os acidentes geográficos (SEABRA, 2004).

Os nomes de lugares são processados através de condicionantes típicos de cada denominador, isoladamente ou decorrente de uma manifestação mais ampla da comunidade envolvida. O processo de nomear lugares se dá em dois planos genéricos: (i) objetivo ou extrínseco, o qual se entende como uma projeção, no topônimo, das circunstâncias exteriores ou meramente ambientais; (ii) subjetivo ou intrínseco, o qual se refere a uma vinculação do indivíduo aos seus próprios desígnios ou à sua maneira de “perceber” e “sentir” o local (DICK, 1990).

O processo de formalização dos topônimos do território brasileiro se desenvolveu de forma bastante dinâmica, considerando a formação histórica do país que, como é sabido, contou com a presença de diferentes etnias: portuguesa, indígena e africana cuja presença delimitou categoricamente a história da formação linguística brasileira. Em vista disso, a nomeação toponímica brasileira se apoia em nomes de origens diversificadas. Tais palavras podem ser endossadas em Dick:

No Brasil, o estudo toponímico comporta considerações referentes não só aos nomes de origem portuguesa, como também dos dois outros adstratos linguísticos coexistentes desde os primeiros momentos de nossa história, o indígena e o africano, além do moderno contingente de nomes resultantes da imigração europeia. (DICK, 1990, p. 8)

É, portanto, com base nessas afirmações que se desperta aqui o interesse em investigar a origem dos nomes dos estados que compõem a região nordeste com o objetivo de investigar suas motivações designativas, bem como contribuir com os estudos descritivos da toponímia brasileira. A classificação desses signos toponímicos será baseada nas taxinomias propostas por Dick (1990).

2. *A região nordeste brasileira*

Com uma área de 1.561.177,8 km², a região nordeste do Brasil equivale a aproximadamente 18, 26 % do território nacional. Limita-se ao norte e a leste com o Oceano Atlântico; ao sul com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e a oeste com os estados do Pará, Tocantins e Goiás. É a região brasileira que possui a maior quantidade de estados, são eles (acompanhados de suas respectivas capitais): Alagoas (Maceió), Bahia (Salvador), Ceará (Fortaleza), Maranhão (São Luís), Paraíba (João Pessoa), Pernambuco (Recife), Piauí, (Teresina) Rio Grande do Norte (Natal) e Sergipe (Aracaju).

O nordeste é a região que possui a maior costa litorânea. Coincidentemente, nesta região encontram-se os estados brasileiros com a maior e a menor costa litorânea: a Bahia, com 932 km e o Piauí, com 60 km de litoral.

Com cerca de 51.609.027 habitantes (segundo dados do IBGE/2006), a população nordestina é composta principalmente por mulatos, caboclos e cafuzos resultantes da miscigenação das três etnias que fizeram parte da história do país: o índio, o português e o africano. Nos estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, predominam os cabo-

clos. Já na Bahia, Pernambuco e o Maranhão, predominam os mulatos. Os cafuzos também são muito comuns no Maranhão.

É interessante destacar que no estado pernambucano ainda há um número significativo de índios. Atualmente, sua população indígena está totalizada em 16.336 pessoas.

A vegetação nordestina é muito rica e diversificada, vai desde a Mata Atlântica à Mata dos Cocais no Meio Norte. Essa região conta com três grandes pontos turísticos reconhecidos como patrimônio cultural da humanidade pelo UNESCO, são eles a cidade de Olinda, em Pernambuco; o Centro Histórico de Salvador, na Bahia e também do patrimônio natural do Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí. Além desses pontos, o nordeste conta com outros vários atrativos turísticos, dentre eles o Arquipélago de Fernando de Noronha, os Lençóis Maranhenses, e os parques nacionais localizados no Piauí, Sete Cidades, Serra das Confusões e Serra da Capivara.

A cultura regional nordestina é bastante típica e rica. Todos os estados contemplam folguedos e tradições diferentes específicas a cada um deles, muitas vezes, expressados através de festividades típicas da região: festas juninas e carnavalescas.

Lamentavelmente, mesmo em meio a tanta riqueza e inegável beleza natural e cultural, o nordeste, tal como o norte, vivencia com o desprazer de ser a região mais pobre do país e a que possui um maior número de analfabetos, segundo o Ministério de Educação (IBGE, 2010).

3. *Classificação taxionômica dos topônimos dos estados nordestinos – ficha lexicográfica*

- 3.1. **Alagoas** – A.G: humano/estado. Taxionomia: hidrotopônimo. Histórico: Alagoas. Explicação: Denominação referente aos numerosos lagos e lagoas existentes na região. Só em Maceió, sua capital, há 17 lagoas e mais de trinta rios distribuídos no estado.
- 3.2. **Bahia** – A.G: humano/estado. Taxionomia: hidrotopônimo. Histórico: Bahia de Todos os Santos < Bahia. Explicação: Nome batizado pelo seu descobridor, o Capitão-mor Cristóvão Jacques, devido à grande enseada que havia na região, a qual denominou baía. Baía, segundo Ferreira

(1975), é um pequeno golfo (pouquinho de mar que entra pela terra, exatamente como acontece com o litoral baiano) de boca estreita que se alarga para o interior; ou lagoa “comunicante” com o rio. O nome desse estado deveria ser baía, entretanto como o vocábulo Bahia já estava “consagrado pelo consenso diuturno dos brasileiros,” segundo as normas do Formulário Ortográfico, permaneceu com o “h” intermediário. Como sua descoberta aconteceu no dia 1 de novembro de 1526, dia em que a igreja católica comemorava o dia de todos os santos, o local inicialmente passou a ser chamado de Bahia de Todos os Santos.

- 3.3. **Ceará** – A.G: humano/estado. Taxionomia: zootopônimo. Histórico: Siará < Ceará. Explicação: Há varias teorias sobre o significado e a motivação desse nome: (i) vem de siará, significando “canto da jandaia”, uma espécie de papagaio típico da região; (ii) segundo o escritor José de Alencar, esse nome é composto de cema, “cantar forte”, “calmar”, e ara, “pequena arara ou periquito” (na língua indígena); (iii) nome oriundo do vocábulo “siriará”, em referência aos nomes dos caranguejos do litoral. Entretanto, Ferreira (1975), apresenta uma explicação bastante adversa a estas: “redução de carne-de-ceará’: S.F. Bras., N.E.V. charque: ‘Os moleques do pastoreador vinham fazer a charque: farinha, um pedaço do ceará, toucinho cru, etc.’ (José Lins do Rego, *Meus Verdes Anos*, p. 21).”
- 3.4. **Maranhão** – A.G: humano/estado. A.G: humano/estado. Taxionomia: hidrotopônimo. Histórico: Mbarãnhana < Maranhão. Explicação: As explicações para a motivação desse denominativo são bastante divergentes: (i) nome de origem tupi: *mba’ra*, “mar” e *na* “corrente”: rio que se assemelha ao mar. Primeiro nome dado ao rio Amazonas pelos nativos da região antes da chegada dos europeus; (ii) está relacionado ao nome do rio Marañon no Peru; (iii) nomeação atrelada ao fato da região conter um emaranhado de rios; (iv) nome de origem indígena: *mbarã-nhana* ou *paranhana* cujo significado é “rio que corre”; (v) nome associado a uma árvore típica da região, o cajueiro, conhecida como *marañon*, em espanhol. Na definição de Ferreira (1975), o termo maranhão é assim apresentado: [De mara-

nha + ao, decerto] S.m. 1– emaranhamento, enredo, complicação; 2– intriga caluniosa, mexerico, fofoca; 3– mentira.

- 3.5. **Paraíba** – A.G: humano/estado. Taxionomia: hidrotopônimo. Histórico: Parahyba < Paraíba. Explicação: Nome de origem tupi: *pa'ra*, “rio” e *a iba*, “ruim, impraticável”: rio ruim. Ferreira (1975) ilustra tal termo como o seguinte: [Do tupi, *para'iwa*, ‘rio imprestável]. 1– Bras. : trecho do rio que não pode ser navegado. 2– Bras. pop. Virago; mulher macha, mulher macho. 3– Bras. pop. Operário de construção civil que não é qualificado.
- 3.6. **Pernambuco** – A.G: humano/estado. Taxionomia: hidrotopônimo. Histórico: Paranãbuca < Pernambuco. Explicação: Nome de origem tupi: *para'na*, rio “caudaloso”, e *pu'ka*, gerúndio de *pug.*, “rebentar, estourar”. Relativo ao furo ou entrada formada pela junção dos rios Beberibe e Capibaripe. Sobre tal termo, Sampaio (1955) faz a seguinte afirmação: “‘Vocab. geog. brasil.’: ‘Paranã-buca, donde procede Pernambuco, quer pois dizer-se : ‘furo do lagamar, entrada da bacia fluvial’, aplicado assim à ‘aberta’ do Recife por o lagamar se comunica com o mar. O nome paranã-buca era muito comum na costa do Norte, no trecho dela tomado pelos recifes, e o sentido que os índios lhe davam era o de “furo, buraco, entrada”, passagem naturalmente aberta na muralha do Recife. Outros interpretam Paranãbuca como mar que arrebeta ou quebra-mar”. (Dick, 1990)
- 3.7. **Piauí** – A.G: humano/estado. Taxionomia: hidrotopônimo. Histórico: Piagui < Piagoi < Piauí. Explicação: Esse designativo toponímico também carrega mais de uma justificativa sobre sua motivação: (i) nome de origem tupi: *pi'au*, “piauí” – nome genérico de vários peixes nordestinos – o rio dos piaús; (ii) a princípio, esse estado foi denominado pelos indígenas de “Piagui”, sendo posteriormente por eles mesmo denominados de “as terras do Piagoi” e somente depois ficou conhecido como “Piauí”, : *piáu*, significando “peixe” e o *i*, termo de existência indígena; (iii) defende-se também que esse nome foi derivado de um rio conhecido como Piauí, caminho obrigatório dos estradistas, na época do seu desenvolvimento. Dentre eles, Rodolfo Garcia, o

qual defende que “sendo o rio abundante de piau, não há motivos para refugar a etimologia clássica do Piauí, “um peixe de pele manchada”. Para o termo em questão, ainda há outra explicação extremamente divergente: [Do top. Piauí], Adj. Bras. 1– Diz-se de um tipo de gado bovino de pequeno porte e dotado de cornos desenvolvidos. S. m. 2– Gado Piauí. (FERREIRA, 1975)

- 3.8. **Rio Grande do Norte** – A.G: humano/estado. Taxionomia: hidrotopônimo / cardinotopônimo. Histórico: Rio Grande do Norte. Explicação: Nome derivado do rio Potengi, em oposição a um rio pequeno próximo ao norte.
- 3.9. **Sergipe** – A.G: humano/estado. Taxionomia: hidrotopônimo. Histórico: Si’riipe < Sergipe d’EL Rey < Serjipe < Sergipe. Explicação: Nome de origem tupi: *si’ri- i- pe*, que significa “rio dos siris”. Nome primitivo do rio junto à barra da capitania. Diz-se que a grafia correta é “Serjipe” porque se subscreve o uso da letra “j” para a palavra de origem tupi. Com o decorrer do tempo, a grafia foi alterada para “Sergiype” e posteriormente para “Serjipe”, embora oficialmente a designação do estado seja Sergipe.

Como se pode notar através da ficha lexicográfica, são várias as hipóteses traçadas sobre a motivação utilizada para nomear alguns topônimos dos estados nordestinos, principalmente do Maranhão e do Piauí, o que de certa forma, impede de se fazer aqui inferências mais palpáveis. Os dados levantados permitiram observar que a maioria dos estados nordestinos é designada por vocábulos de origem indígena, mais especificamente, o tupi: Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Sergipe. As designações dos topônimos Alagoas, Bahia e Rio Grande Norte, por sua vez, são de origem portuguesa.

4. *Considerações finais*

O estudo dos topônimos dos estados da região nordeste brasileira permitiu conhecer um pouco da história de sua origem, percebendo, portanto, que suas designações são atribuídas às diversas e interessantes motivações. Designações estas que guardam no seu interior a história e a cultura de um povo, retratando a criatividade de quem o nomeou. Evidenciou-se com essa pesquisa que os designativos desses estados em sua

maioria foram motivados por influência de suas características físicas independentemente da sua procedência: indígena ou portuguesa. Os designativos de origem portuguesa são Alagoas, Bahia e Rio Grande do Norte, motivados respectivamente pelo (i) fato de possuir vários lagos e lagoas; (ii) pela existência de uma grande enseada denominada baía e (iii) por possuir um grande rio. Os designativos de procedência indígena são todos pertencentes ao grupo tupi: Maranhão – rio que corre; Pernambuco – rio caudaloso; Paraíba – rio ruim, impraticável; Piauí – rio dos piaus; Sergipe – rios dos siris. Ceará é também um topônimo derivado da língua tupi e sua motivação é justificada na existência de uma ave típica da região, a arara, significando, portanto, “canto da arara”.

Como se pode notar, a nomeação desses signos toponímicos foi motivada principalmente pelo acidente hidrográfico “rio”, o que justifica a prevalência dos hidrotônimos (7 ocorrências) em relação ao cardinotônimo e ao zootônimo (ambos registrados em apenas um caso). O fato de alguns desses designativos serem alusivos aos acidentes físicos das regiões, quiçá, pode ser explicado baseando-se na determinação do rei D. João III de se nomear as capitânicas hereditárias com os nomes dos acidentes mais notáveis dos seus territórios.

Os resultados obtidos evidenciam a grande contribuição e extensa importância dos povos indígenas, mais precisamente do grupo Tupi, na constituição linguística histórica e cultural do território brasileiro. A predominância dos topônimos de origem indígenas atestada aqui não gera muitas surpresas, pois como é sabido, o português brasileiro é constituído também por um vasto léxico indígena. Apenas de procedência tupi, por exemplo, de acordo com Dick (1990), o vocabulário brasileiro conta com aproximadamente dez mil palavras.

O registro desses signos implica a satisfação de se manter as marcas da tradição dos legítimos habitantes do território brasileiro, assinando merecida resistência à legislação de 1758, a qual consistia em impedir a adoção de nomes indígenas aos topônimos brasileiros, determinando para os já nomeados a substituição por nomes oriundos do português (NASCENTES, 1959 *apud* RAMOS e VENÂNCIO, 2002).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES FILHO, História dos estados brasileiros. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Coletânea de Estudos, 1990.

_____. *Aspectos de etnolinguística: a toponímia carioca e paulistana – contrastes e confrontos*. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n. 56, p. 180-191, dezembro/fevereiro 2002-2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

LORDEIRO, Manoel de Souza. *Toponímia petropolitana: uma situação preocupante*. Disponível em:
http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/msl20010921.htm

RAMOS, Jânia Martins; VENÂNCIO, Renato Pinto. Os topônimos mineiros: uma fonte para a história social da língua portuguesa. In CALLOU, Dinah; M. Eugênia Lamoglia DUARTE (orgs.). *Para a história do português brasileiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ – UFRJ/LETRAS, 2002.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004.

_____. (Org.) *Estudos do léxico*. Belo Horizonte. FALE/UFMG, 2006.

SILVA, Cândido da Costa. *30 anos do IPAC nos jornais*. Bahia: Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1997.

<http://www.infoer.iel.usp.br/cenbio/brasil/nordeste>. Acessado em 22 de novembro de 2009.

<http://www.revistagalileu.globo.com/Galileu.htm>. Acessado em 22 de novembro de 2009.

<http://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-populacao-nordeste.htm>. Acessado em novembro de 2010.